



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

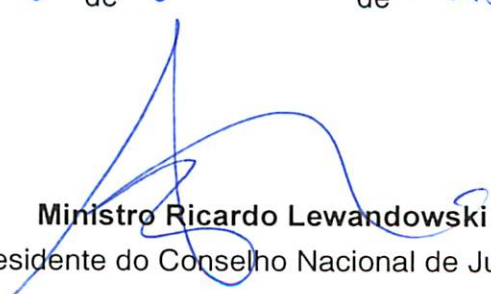
Termo de Adesão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul ao Termo de Cooperação Técnica n. 007/2015, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério da Justiça e o Instituto de Defesa do Direito de Defesa. (Processo 03003/2015).


O **Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul**, com sede na Avenida Mato Grosso, bloco n. 13, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, CEP 79031-902, CNPJ 03.979.663/0001-98, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador João Maria Lós**, RG 885.584 SSP/PR e CPF 198.981.429-87, **RESOLVE**, por meio do presente instrumento, aderir ao **Termo de Cooperação Técnica n. 007/2015**, celebrado entre o **Conselho Nacional de Justiça**, o **Ministério da Justiça** e o **Instituto de Defesa do Direito de Defesa**, para a efetiva implantação do "Projeto Audiência de Custódia", de modo a fomentar e viabilizar a operacionalização da apresentação pessoal de autuados(as) presos(as) em flagrante delito à autoridade judiciária, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após sua prisão, contando com o apoio do efetivo funcionamento de Centrais Integradas de Alternativas Penais, Centrais de Monitoração Eletrônica e serviços correlatos com enfoque restaurativo e social, aptos, em suma, a oferecer opções concretas e factíveis ao encarceramento provisório de pessoas.

O **CNJ** providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato, no Diário de Justiça Eletrônico.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Termo de Adesão, para que produza efeitos jurídicos e legais.

Campo Grande, 05 de outubro de 2015.


Ministro Ricardo Lewandowski
Presidente do Conselho Nacional de Justiça



José Eduardo Martins Cardozo
Ministro da Justiça



Isadora Fingermann
Diretora Executiva do Instituto de Defesa do Direito de Defesa



Desembargador João Maria Lós
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul